

Pela democracia na comunicação

Criar um novo Conselho Nacional de Comunicação

Instaurar um Conselho Nacional de Comunicação, formado por maioria de membros indicados por organizações da sociedade civil e pelos partidos políticos, com a função de deliberar sobre planos e políticas de comunicação social e de telecomunicações, conceder e fiscalizar os serviços de radiodifusão.

Modificar a legislação de Rádio, Televisão e Cinema

a) manter na legislação, as finalidades educativa e cultural do rádio e da televisão.

b) Formular um novo Código Brasileiro de Comunicação que regule os diversos aspectos da comunicação pelo rádio, televisão e outros meios proporcionados pelas novas tecnologias, com particular atenção para os seguintes aspectos:

- **Concessões de Canais** - deve ser objeto de aprovação prévia pelo novo Conselho Nacional de Comunicação. Deve ser reduzida a duração da licença para exploração, atualmente de 10 anos para o rádio e de 15 para a televisão.

- **Normas de programação** - Estabelecer normas de programação, que garantam a pluralidade de fontes e o acesso de todos os setores da sociedade às estruturas de produção e transmissão.

- **Eliminar a Legislação autoritária** - Impedir toda forma de controle da Comunicação por mecanismos econômicos ou políticos. Nesse sentido, alterar a Lei de Segurança Nacional; reformular a Lei de Imprensa; extinguir a Censura a espetáculos e diversões.

- Democratizar e tornar eficiente o Sistema Estatal de Comunicação

Este sistema tem um importante papel a cumprir, valendo informações abridoras espaço para produções culturais, independentes, servindo à educação popular, tarefas que o sistema privado comercial não realiza. Para realizá-las é necessário dotá-lo de estrutura administrativa ágil, de recursos suficientes e estabelecer nele mecanismos democráticos de decisão com a participação dos profissionais e do público.

- Estimular e proteger a criação cultural nacional

Adotar medidas de proteção à produção artística cultural nacional, entre elas a garantia de financiamentos, a reserva de mercado, e mecanismos eficientes de produção, distribuição e exibição.

- Estimular a criação de um sistema público de comunicação

Criar um sistema público de comunicação, complementar aos sistemas estatal e privado nacional, com a finalidade de enriquecer a pluralidade de fontes. Este sistema se define pela independência em relação ao Estado, pelo seu caráter não comercial e por sua direção por organismo representativo dos diversos setores da sociedade. Para isto propõe-se:

a) transformar a Radiobrás e a Funvel em entidades de direito público, geridas por conselhos representativos da sociedade civil e dos partidos políticos.

b) estimular a criação de sistemas regionais, municipais e comunitários de comunicação social (jornais, emissoras de rádio e TV, grupos de teatro e cinema) dando-se apoio a iniciativas de associações de moradores, associações profissionais e de classe.

Promover mudanças na informação de governo e na publicidade oficial

Adotar como princípios o livre acesso e a credibilidade de informação oficial. Garantir que a propaganda oficial seja expressão da verdade, explicativa e informativa.

- Evitar a excessiva concentração nos Meios de Comunicação

Adotar medidas que estimulem a desconcentração da propriedade e da localização geográfica dos meios.

- Promover a educação para a Comunicação Social

Através dos Ministérios da Educação e de Cultura, incluir nos diversos níveis de ensino formal matérias sobre Comunicação Social, proporcionando à população instrumento de análise crítica das mensagens recebidas.

- Apoiar um novo ordenamento internacional para a Comunicação

Apoiar as iniciativas visando o reordenamento do sistema internacional de Comunicação, corrigindo os atuais desequilíbrios na posse e controle dos recursos geradores de situações de dependência.

- Incorporar à Constituição o princípio do Direito à Informação

Reconhecer a informação como direito fundamental, incorporando-se na Constituição o princípio do "direito à informação".

Trechos do documento "Proposta para uma Política Democrática de Telecomunicações e de Comunicação Social", entregue ao então candidato Tancredino Neves por mais de 40 entidades, entre as quais a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Federação Nacional dos Jornalistas, Federação dos Trabalhadores em Rádio e TV, Federação Nacional dos Trabalhadores em Publicidade, Associação Brasileira de Computadores e Periféricos, Associação Brasileira de Imprensa.

Discuta! Participe da Constituinte!

Trabalho Final e Certificado

A UnB receberá as propostas individuais e dos grupos para a Constituinte até o dia 28 de novembro

Plenária na UnB

Para compatibilização de propostas dos participantes será realizada uma plenária na Universidade de Brasília no dia 9 de dezembro às 08:30 horas.

Lembramos aos grupos participantes que as Propostas Finais serão publicadas nos dias 9 e 13 de dezembro próximo.

Todos estão convidados a participar do "Dia Nacional de Reflexão sobre a Constituinte" promoção do MEC/CRUB em um debate nacional em circuito fechado de televisão no auditório da Embratel (SCS) às 9h, no dia 28 de próximo.

Convidamos também para o Seminário sobre a Reforma Agrária:

UnB, INCCA/ MIRAD, MA/ Embratel, Seminário "A questão da terra e a utilização do solo" Dias 29, 30 e 31 de outubro. Auditório Dons Candongos, UnB, 9 horas.

Reflexão e discussão

- Por que o Brasil, sendo a 8ª potência econômica mundial tem ainda 40 milhões de cidadãos adultos sem instrução básica e 10 milhões de crianças em idade escolar sem escolas?

- Você sabia que o setor educacional vem se tornando ao lado da saúde um dos negócios mais rentáveis neste país? Enquanto isso, vai a escola pública, os impostos dos contribuintes estão indo "caidando" as empresas privadas de ensino. Por exemplo em 1984, através do salário educação, foi concedido auxílio financeiro às escolas privadas correspondente a 1,5 milhão de bolsas de estudo para um total de aproximadamente 3 milhões de alunos matriculados no setor privado. O que significa que em tese quase metade dos alunos matriculados estudam gratuitamente, o que não corresponde à realidade. Pergunta-se então: quem se beneficia com as unidades públicas repassadas ao setor privado?

- Você sabia que muitos cidadãos brasileiros pagam duas vezes pela educação de seus filhos? Primeiro pagam impostos para a educação depois não tendo escola pública de boa qualidade, pagam mensalidade nas escolas privadas.

- O Governo Federal vem financiando a fundo perdido ou com juros altíssimos subsidiados através do F.A.S., a construção de universidades privadas no país. Você sabia, que por esta forma está sendo construído, por exemplo, o campus de uma universidade privada em Taguatinga?

- Você já se perguntou por que esta mesma verba pública não pode financiar a construção de uma universidade pública para os jovens trabalhadores de Taguatinga e Ceilândia?

- Quando denunciarmos esse verdadeiro assalto aos recursos governamentais, estamos preocupado com uma questão muito concreta; a distribuição dos recursos disponíveis para a expansão e melhoria da qualidade da rede pública de ensino. É tenebrosa a solidiedade existente entre os privatistas na direção dos sistemas de ensino - empenhados na contenção da escola pública, de modo a abrir espaço para a escola particular - e esse sistema de transferência de recursos públicos para o setor privado de ensino, sob forma de bolsas de estudo. O resultado é a feição antidemocrática do sistema educacional, onde, ao lado de uma rede pública menor do que deveria e poderia ser, de qualidade insatisfatória, sub-

stela um setor de escolas particulares parasitárias, mantidas vivas às custas das ineficiências artificiais do setor público" (L.A.C).

* "Eu faço uma pergunta. É interesse do governo melhorar a educação? É interesse dar condições para que as crianças e os trabalhadores pensem? Tecnologia para isso tem, só que não utilizada para esse objetivo" (Sindicalista Professor)

* "O governo diz que com a tecnologia, com a automação, o pessoal vai ter mais lazer, vai trabalhar menos. Ora, desde que eu me entendo por gente, nunca vi o governo fazer nada para melhorar nossas condições de vida. Todas as conquistas que nós temos, foram alcançadas pela força do trabalhador" (Sindicalista Bancário)

* "O que quero colocar é a questão do Estado frente à pesquisa. Claro que tem que ter pesquisa sempre, e o Estado financiar, mas tem que ser uma pesquisa voltada para a produção, voltada para as necessidades básicas da população brasileira. Finalmente temos que ter mais pesquisa para produzir alimentos básicos, voltados para o mercado interno, porque temos mais de 40 milhões de subnutridos, de pessoas morrendo de fome. Agora, pesquisa é o que não falta, mas não adianta fazer a pesquisa e deixar no laboratório. O dia em que tivermos uma pesquisa prática, voltada para moradia, para a saúde, para a alimentação, etc., essa pesquisa vai ser requisitada e incentivada pela sociedade" (Sindicalista Engenheiro)

(Do Seminário, Trabalhadores, Ciência e Tecnologia, DIEESE/MCT/CNPq)

* "Eu até tenho vergonha de dizer que às vezes tenho vergonha de ser brasileiro, morar em um País tão rico e ser analfabeto e às vezes não ter comida suficiente para meus filhos".

(Fala de Silvano Batista, chacareiro de Barragem do Paraná, 72 anos, 9 filhos, durante a reunião preparatória para o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Distrito Federal, Março de 1986 Auditório Patrônio Portella do Senado Federal).

Também o presidente da Royal Society, Sr. Giddy, foi contra a proposta de se criarem escolas primárias para as crianças das classes trabalhadoras. Foi este o argumento do Sr. Giddy: "Dar educação às classes trabalhadoras pobres... seria na realidade prejudicial à sua moral e felicidade; aprenderiam a desprezar sua sorte na vida ao invés de fazer deles bons servos na agricultura e outros empregos laboriosos, a que sua posição na sociedade os destina... Permitem-lhes ler folhetos sedutores... e os tornam insipientes para com seus superiores" (J.L. e B. Hammond).

The Town Labourer, 1760-1832

* Apresente suas propostas para a educação brasileira. Escreva, também, suas sugestões para a área da cultura e da informação

Bibliografia

- Cohe, Gabriel - Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo Companhia Editora Nacional, 1978.

- UNESCO - Um Mundo, muitas vozes, Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1983.

- Silva, Carlos Eduardo Lins da - Comunicação, hegemonia e contra-informação, São Paulo Cortez/Inter-

com/CNPq, 1981.
- LIMA, F. Barbosa, PRIOLLI, Gabriel, MACHADO, Arlindo. *Televisão & Vídeo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- CECCON, Claudius OLIVEIRA, Miguel D. OLIVEIRA, Rosiska D. *A vida na escola e a escola na vida*. Petrópolis, Vozes, 1982.

- CUNHA, L. Antonio e De GóES, Moacyr. *O Golpe na Educação*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- NIDELCOFF, Maria. *Uma escola para o povo*. São Paulo, Braziliense, 1984.

- PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. 3 ed. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1982.

- CHAGAS, Valmir. *O ensino de 1º e 2º graus - antes, agora, e depois?* São Paulo, Saraiva, 1978.

- RIBEIRO, Maria Luiza. *História da Educação brasileira*. 5 ed. São Paulo, Moraes, 1981.

- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 4 ed. São Paulo, Nacional, 1977.

28
de outubro
DIA NACIONAL DE REFLEXÃO SOBRE A CONSTITUINTE

Debates e palestras

Ministério da Agricultura: Josina Brandão. "Direito à educação" - 30/10 9h. Auditório do MA

MDU: Theresia H. Paranhos (Consultora da República). "A questão da terra no Brasil" - 29/10 9h. Auditório.

MDU: Mauro Santayana. "Direito à Educação e à Informação" - 09/11 9h. Auditório

CNPq: Carlos Rodrigues Brandão (Unicamp), José Marques de Melo (USP) e Marim Cesar Feijó - "A questão da Educação, Cultura e Informação" - 29/10 15h. Auditório

MOINHO: Debate com candidatos à Constituinte 2ªs feiras às 18:30 horas 114 Sul

CEPLAC: Walter Garcia. "Educação e Constituinte" 30/10 15h.

CRUB/ATA - FUB D. Helder Câmara. "Reflexão sobre a Constituinte" 7/11 9h Anfiteatro 9/UnB

BOM DEBATES: Debate com candidatos à Constituinte 2ªs e 3ªs feiras às 20h

Vídeo sobre Reforma Agrária

Em apoio à aula sobre "Reforma Agrária" do Curso Constituinte e Constituição a Pró-Memória Vídeo e o MIRAD produziram o documentário "Terra pra' que te quero". Para obtenção de cópias telefonar para 2247911.

Os grandes princípios educacionais

- I. amplo acesso à instrução em qualquer etapa da vida do homem
- II. gratuidade de todos os graus da educação pública
- III. ajuda material, da sociedade, a quem estuda
- IV. criação de condições para o desenvolvimento multilateral e harmonioso
- V. caráter científico do ensino
- VI. combinação do ensino com o trabalho produtivo
- VII. humanismo na educação
- VIII. ampla participação do povo na gestão da educação

Produção: Universidade de Brasília

Apoio: Correio Braziliense

Colaboração: Governo do Distrito Federal

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Decanato de Extensão
Programa de Educação Continuada e Extensiva

Reitor: Crisóvoro Buarque
Decano de Extensão: Volnei Geoplia

Equipe de Produção

Coordenação: Maria Rosa Abreu
Coordenação de Textos: José Geraldo Souza Júnior
Metodologia: Sandra S. Carmo, Ma. Tereza Pincastelli e Helene Serres
Avaliação: Oscar Serofini
Veiculação: Maria José Jalins

Edição: Renato Rêgo e Carlos Augusto Senti

Diagramação: Chico Ananai
Ilustração: Lopes
Pesquisa: Werner Martins Uchimaru
Apoio administrativo: Miriam Nogueira Peresnaguá de Santana
Apoio Rádio: Jorge Wamburg
Apoio Vídeo: José Augusto Carvalho.